



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO

Número da Inscrição: _____

Data: 29 de abril de 2013

**PROCESSO SELETIVO PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES DA
COMARCA DE MARMELEIRO – PR**

PROVA ESCRITA – CONCILIADOR

INSTRUÇÕES:

1. Leia as questões abaixo e responda com calma.
2. A interpretação das questões faz parte da prova.
3. Assinale com um “x” a resposta correta.
4. Para cada questão há apenas uma resposta correta. Se forem assinaladas duas ou mais alternativas para uma mesma questão, esta será anulada.
5. A questão discursiva deve ser redigida de forma legível, clara e objetiva, observadas as regras de gramática. O uso correto da língua portuguesa também será considerado na avaliação da questão.
6. O candidato deverá apenas identificar a prova com o seu número de inscrição no local indicado acima. Em nenhum momento o candidato poderá escrever o seu nome na prova ou fazer qualquer sinal identificador (desenhos, marcas, rubricas etc.).
7. Ao término da prova, os três últimos candidatos que restarem em sala, deverão entregá-la conjuntamente.
8. É proibido o uso de equipamentos eletrônicos e de qualquer material de consulta para a realização da prova, sob pena de exclusão do candidato do certame.

BOA SORTE!

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



1) Acerca da Lei 9.099/95, julgue as assertivas abaixo (0,3 pontos):

I. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

II. A opção pelo procedimento da Lei 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de setenta salários mínimos, excetuada da hipótese de conciliação.

III. O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

IV. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) I, III, IV.
- d) I, II, III.
- e) Todas as assertivas são corretas.

2) Acerca da Lei 9.099/95, assinale a alternativa **CORRETA** (0,3 pontos):

- a) Microempresa não pode ser parte no Juizado Especial Civil.
- b) Município pode figurar no polo passivo de uma ação de cobrança no âmbito do Juizado Especial Civil.
- c) De acordo com a Lei nº. 9.099/95, não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- d) Na sentença o juiz sempre deve condenar a parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios.
- e) São admitidos a assistência e o litisconsórcio no Juizado Especial Cível.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



3) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas (0,3 pontos):

- I. As causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário-mínimo;
- II. A ação de despejo para uso de terceiro;
- III. As causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- IV. As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salários mínimos.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas III e IV.
- e) Todas as assertivas são incorretas.

4) Sobre a Lei 9.099/95, responda (0,3 pontos):

I. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidente de trabalho, resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial;

II. A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de quarenta vezes o salário mínimo, excetuada a hipótese de conciliação.

III. O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, exceto para fins de conciliação.

IV. O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, IV.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas III e IV.
- e) Todas as assertivas são corretas.

5) Sobre a Lei 9.099/95, responda levando em consideração os ditames da lei e os enunciados do FONAJE (0,3 pontos):

I. As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público podem propor ação perante o Juizado Especial.

II. As pessoas físicas capazes, cessionárias de direito de pessoas jurídicas, podem propor ação perante o Juizado Especial.

III. Nas causas de valor até dez salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

IV. O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, III.
- b) II, III, IV.
- c) Somente as alternativas II e IV.
- d) Somente as alternativas II e III.
- e) Todas as assertivas.

6) Em relação à Lei 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA** (0,3 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

b) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

c) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

d) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

e) O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

7) Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto aos Enunciados do FONAJE (0,3 pontos):

a) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

b) A sentença que homologa o laudo arbitral é irrecorrível.

c) Os bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não essenciais à habitabilidade, são penhoráveis.

d) O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.

e) Não é cabível a tutela acautelatória nos Juizados Especiais Cíveis.

8) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos Enunciados do FONAJE (0,3 pontos):

a) Não é admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

b) Finda a instrução, não são obrigatórios os debates orais.

c) Os embargos à execução não poderão ser decididos pelo juiz leigo, ainda que observado o art. 40 da Lei n° 9.099/1995.

d) Não é cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



e) Contra decisões das Turmas Recursais não é cabível o Recurso Extraordinário.

9) Nos termos da Lei 9.099/95, analise (0,3 pontos):

I. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

II. É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

III. Os pedidos poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o valor de alçada dos Juizados.

IV. Registrado o pedido, realizada obrigatoriamente a distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

V. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- a) I e IV
- b) II, III, IV.
- c) Somente a alternativa IV.
- d) Somente as alternativas II e V.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

10) Nos termos da Lei 9.099/95, analise (0,3 pontos):

I. A citação conterà cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano.

II. Admite-se, excepcionalmente, a citação por edital.

III. Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



IV. O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação.

V. As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, III e V
- b) I, III, IV.
- c) I, II e III.
- d) Somente as alternativas II e V.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

11) Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, conforme a Lei 9.099/95 (0,3 pontos):

I. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

II. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença sem eficácia de título executivo.

III. O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

IV . A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

V. É admitida a reconvenção.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II e V

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) Somente as alternativas I e V.
- e) I, III e IV.

12) Analise as assertivas abaixo, considerando a Lei 9.099/95 (0,3 pontos):

I. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

II. As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

III. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

IV. A prova oral será sempre reduzida a escrito.

V. A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) I e III.
- d) II, IV e V
- e) I, III e IV.

13) Assinale a alternativa **CORRETA** com base na Lei 9.099/95 (0,3 pontos):

a) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida quando o pedido for genérico.

b) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

c) Da sentença, inclusive a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

d) O recurso será julgado por uma turma composta por cinco Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

e) No recurso, as partes serão facultativamente representadas por advogado.

14) Considerando os dispositivos da Lei 9.099/95 e os Enunciados do FONAJE, julgue as assertivas abaixo (0,3 pontos):

I. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão, e, quando interpostos contra sentença, interromperão o prazo para recurso.

II. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, hipótese na qual é necessária sua condenação em custas.

III. Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora.

IV. A penhora é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial.

V. Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbado ou retido pela secretaria.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II, III e V.
- c) I, II, IV e V
- d) II, III e V
- e) Todas estão corretas.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



15) No que tange aos Enunciados das Turmas Recursais e do FONAJE, analise (0,3 pontos):

I. A inscrição em órgãos de restrição ao crédito baseada em fatura irregular, contendo cobrança de serviços não contratados ou ligações não realizadas, acarreta dano moral.

II. A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário caracteriza prática abusiva, comportando indenização por dano moral e, se tiver havido pagamento, restituição em dobro, invertendo-se o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, visto que não se pode impor ao consumidor a prova de fato negativo.

III. A inscrição, em órgãos de restrição ao crédito, de dívida com origem em data posterior à solicitação de encerramento da conta bancária acarreta dano moral. Neste caso, inverte-se o ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC), sem prejuízo da análise da verossimilhança da alegação do consumidor.

IV. Rescindido o contrato de arrendamento mercantil, os valores pagos a título de valor residual garantido (VRG) devem ser restituídos ao arrendatário, na forma simples.

V. A interrupção de corrente de energia elétrica caracteriza falha na prestação do serviço e o dever de indenizar por eventuais danos (moraes e materiais) causados ao consumidor, visto que se trata de responsabilidade objetiva.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- d) Somente a alternativa IV está incorreta.
- e) Somente as alternativas IV e V estão incorretas.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



16) Segundo a lei dos Juizados Especiais Criminais, aberta a audiência, o juiz dará a palavra ao defensor para responder à acusação e, recebendo a denúncia ou queixa, observará a seguinte ordem de instrução processual:

a) Interrogatório do acusado/ oitiva das testemunhas de defesa/ oitiva das testemunhas de acusação / oitiva da vítima/ debates orais / sentença.

b) Oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ interrogatório do acusado/ debates orais / prolação de sentença.

c) Debates orais/ interrogatório do acusado/ oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ prolação de sentença.

d) Interrogatório do acusado/ oitiva da vítima/ oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ debates orais/ prolação de sentença.

e) Oitiva das testemunhas de acusação/ oitiva das testemunhas de defesa/ oitiva da vítima/ interrogatório do acusado/ debates orais/ prolação de sentença.

17) No tocante à lei dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa **INCORRETA** (0,3 pontos):

a) Os embargos de declaração contra sentença devem ser opostos em 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão;

b) Os embargos de declaração contra sentença serão admitidos para sanear omissão, contradição, obscuridade e dúvida na decisão;

c) Os embargos de declaração contra sentença provocarão a interrupção do prazo recursal;

d) Os embargos de declaração poderão ser opostos oralmente;

e) Erros materiais poderão ser corrigidos de ofício, independentemente da oposição de embargos de declaração.

18) No tocante ao instituto da transação penal previsto no art. 76 da lei nº 9.099/95 é **CORRETO** afirmar que (0,3 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



- a) De acordo com a lei nº 9.099/95, é cabível nos casos de ação penal pública e ação penal privada;
- b) Somente é cabível nos casos de ação penal pública incondicionada;
- c) Somente é cabível nos casos de ação penal privada;
- d) A proposta oferecida pelo juiz somente é cabível nos casos de ação penal pública incondicionada;
- e) É cabível nos casos de ação penal pública condicionada e incondicionada.

19) No tocante ao procedimento previsto na lei nº 9.099/95, julgue os itens a seguir (0,3 pontos):

- I. A citação será sempre pessoal e será feita no próprio Juizado por mandado ou por edital;
- II. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal;
- III. A conciliação será conduzida por juiz togado ou por conciliador que exerça função administrativa na Justiça Criminal;
- IV. O processo orientar-se-á pelos princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) V;V;V;V;
- b) F;V;F;V;
- c) F;V;V;V;
- d) V;V;F;V;
- e) F;F;V;V.

20) No tocante ao instituto da composição civil dos danos, é **CORRETO** afirmar que (0,3 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



- a) Não obtida a transação penal, em qualquer caso, será dada a oportunidade às partes de obterem a composição civil;
- b) Admite-se a composição civil em qualquer tipo de ação como forma de obtenção da composição amigável do conflito, sendo o seu efeito a extinção da punibilidade;
- c) A composição civil, para gerar efeitos extintivos com relação à punibilidade, independe de homologação judicial;
- d) A composição civil para gerar efeitos extintivos somente é cabível em relação aos crimes de ação penal privada;
- e) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

21) No que concerne à lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA** (0,3 pontos):

- a) Na apuração das infrações de menor potencial ofensivo será instaurado termo circunstanciado;
- b) No procedimento da lei nº 9.099/95 não se admitirá nenhuma espécie de citação ficta;
- c) Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado pela prática de crime à pena de multa, por sentença definitiva;
- d) A transação penal só poderá ser proposta pelo autor da ação penal nos casos em que não seja cabível o pedido de arquivamento;
- e) A suspensão condicional do processo pode ser revogada no curso do período de prova.

22) No tocante à suspensão condicional do processo, julgue os itens a seguir (0,3 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



I. A proposta somente poderá ser oferecida nos casos de crimes de menor potencial ofensivo;

II. A proposta será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por crime ou infração penal;

III. A proposta será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário não efetuar a reparação do dano de forma imotivada;

IV. A proposta de suspensão condicional do processo somente é cabível nos crimes de menor potencial ofensivo cuja pena mínima cominada é igual ou inferior a 1 (um) ano;

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) V;V;V;V;
- b) F;V;F;V;
- c) F;V;V;V;
- d) V;V;F;V;
- e) F;F;V;F.

23) Julgue os itens a seguir (0,3 pontos):

I. Nos termos da lei nº 9.099/95, a composição dos danos civis, que deve se reduzir a termo e valer como título executivo judicial, impede a proposição da ação penal quando esta for pública incondicionada;

II. O crime de constrangimento ilegal, cuja pena é de detenção de três meses a um ano ou multa, é da alçada do juizado especial criminal. Nessa situação, o delegado de polícia não deve lavrar o auto de prisão em flagrante, mas termo circunstanciado.

III. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa cabe recurso em sentido estrito;

IV. Da sentença caberá recurso de apelação que deverá ser interposta no prazo de 10 (dez) dias.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) V;V;F;V;
- b) F;V;F;V;
- c) V;V;V;F;
- d) F;F;V;V;
- e) V;V;V;V;

24) Acerca do procedimento previsto na lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA** (0,3 pontos):

- a) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo legal;
- b) A representação nos casos de ação penal pública condicionada deve ser reduzida a termo em petição escrita;
- c) De acordo com a lei nº 9.099/95 a representação deve ser feita em juízo, porém a jurisprudência considera válida a representação feita perante a autoridade policial no momento da lavratura do termo circunstanciado;
- d) O membro do Ministério Público não deve realizar proposta de transação penal se constatar que a hipótese é de arquivamento do feito;
- e) Nos termos da lei nº 9.099/95, a transação penal é cabível nos crimes de ação penal pública.

25) Acerca da transação penal prevista no art. 76 da lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A proposta de transação penal se for aceita pelo autor independe de homologação judicial;
- b) A proposta de transação penal se homologada pelo juízo importará em reincidência;
- c) A proposta de transação penal homologada pelo juízo não importará no reconhecimento de reincidência, constituindo, contudo, maus antecedentes em caso de posterior condenação;

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



d) A proposta de transação penal homologada pelo juízo não importará no reconhecimento de reincidência, não podendo, contudo, o noticiado se valer do mesmo benefício pelo prazo de 03 (três) anos;

e) A proposta de transação penal homologada pelo juízo não importará no reconhecimento de reincidência, não podendo, contudo, o noticiado se valer do mesmo benefício pelo prazo de 05 (cinco) anos.

26) De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o descumprimento das condições estabelecidas em acordo firmado nos termos do artigo 76 da lei nº 9.099/95 e judicialmente homologado tem como consequência (0,3 pontos):

a) A submissão do processo ao seu estado anterior, oportunizando-se ao Ministério Público a propositura da ação penal e, ao Juízo, o recebimento da peça acusatória, pois a decisão homologatória da transação não faz coisa julgada material.

b) A inviabilidade de ser retomada a persecução penal pelo Ministério Público, uma vez que a Decisão homologatória da transação faz coisa julgada material e formal.

c) A impossibilidade de ser oferecida denúncia pelo Ministério Público, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal;

d) A possibilidade de oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, já que a decisão homologatória do acordo, submetida à condição resolutive – descumprimento do pactuado – faz coisa julgada material.

e) A impossibilidade de ser oferecida denúncia pelo Ministério Público, uma vez que a decisão homologatória da transação penal faz cessar, por acordo, o trâmite do procedimento na fase preliminar, não podendo ser revista ante a ocorrência de coisa julgada material e formal.

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



27) De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência para julgar *habeas corpus* impetrado em face de decisão da Turma Recursal é (0,3 pontos):

- a) da própria Turma Recursal;
- b) do Tribunal de Justiça competente;
- c) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) do Supremo Tribunal Federal;
- e) não é cabível a impetração de *habeas corpus* contra tal decisão;

28) De acordo com o artigo 62 da lei 9.099/95, no juizado especial criminal, o processo rege-se-á pelos seguintes critérios (0,3 pontos):

a) da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação das partes.

b) da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

c) da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

d) da oralidade, informalidade, proporcionalidade, simplicidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

e) da oralidade, informalidade, economia processual, razoabilidade, proporcionalidade e celeridade, buscando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

29) Acerca dos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, é **CORRETO** afirmar que (0,3 pontos):

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARMELEIRO
JUÍZO ÚNICO



a) em crimes de tal natureza não é cabível proposta de transação penal pelo Ministério Público;

b) os crimes ambientais de menor potencial ofensivo, por expressa disposição legal, não seguem o rito previsto na lei nº 9.099/95;

c) a proposta de transação penal em crimes ambientais está condicionada à prévia composição do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

d) a proposta de transação penal, nesses casos, obrigatoriamente deverá contar com a participação do órgão de fiscalização ambiental;

e) a ação penal, em tais casos, é pública condicionada à representação

30) Contra a decisão de rejeição da denúncia no Juizado Especial Criminal caberá a interposição do seguinte recurso (0,3 pontos):

a) Apelação, no prazo de 5 dias;

b) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias;

c) Apelação, no prazo de 10 dias;

d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias;

e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias;

31) Disserte acerca dos princípios que norteiam a lei dos Juizados Especiais Criminais (lei nº 9.099/95) tratando dos institutos despenalizadores trazidos pela referida lei, bem como das finalidades do referido procedimento (Mínimo - 10 linhas, Máximo - 20 linhas) (1,0 ponto).

Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito Supervisor dos Juizados Especiais

